

BIOSSEGURANÇA NA MANIPULAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES

Biossegurança em zoológicos

Zalmir Silvino CUBAS¹

Os zoológicos surgiram como consequência da curiosidade inata do Homem pela vida selvagem. Durante séculos, esses espaços serviram unicamente para o lazer, sem qualquer preocupação com o bem-estar e saúde dos animais. Nos dias atuais, os zoológicos desempenham importantes funções socioambientais, destacando-se sua contribuição para estratégias globais de conservação da biodiversidade, além de serem importantes centros de pesquisa e conscientização ambiental, pois a eles afluem milhões de visitantes todos os anos. Por ser um local em que animais selvagens de diferentes regiões geográficas ficam confinados em poucos hectares, e também por existir a interferência permanente do Homem, a disseminação de patógenos neste ambiente é bastante facilitada. O risco de doenças para a saúde humana e dos animais é ampliado grandemente quando não se adotam programas de biossegurança. Segundo SILVA e CORREA (2007), biossegurança nos zoológicos pode ser definida como a implementação de um conjunto de políticas e normas operacionais rígidas que terão a função de proteger os animais selvagens contra a introdução de qualquer tipo de agente infeccioso. É importante que os administradores de zoológicos tenham em mente que a saúde animal deve ser prioridade na instituição, pois sem eles - os animais - a organização não tem sentido de existir. Outro ponto importante na política institucional é que se priorize uma equipe técnica competente e especializada, pois de nada adianta a intenção e o planejamento sem que haja profissionais capacitados para a execução das ações. Infelizmente, é uma realidade nos zoológicos públicos brasileiros a grande rotatividade de administradores, médicos veterinários e outros profissionais afins, como biólogos e zootecnistas. Sem planejamento, equipe capacitada e ações coordenadas de longo prazo, é improvável que programas de sanidade animal sejam levados adiante. Quando se pensa em biossegurança e manejo sanitário em zoológicos, a dificuldade de implementação das ações é muito grande, pois quase sempre há limitações orçamentárias e surgem outras prioridades, nem sempre tecnicamente justificáveis. Por exemplo, a ausência de instalações para quarentena é uma realidade em muitos zoológicos no Brasil. Para que programas de sanidade animal sejam eficazes, é preciso contar com estrutura física adequada. Isso não significa que sejam necessárias obras complexas e caras, mas tão somente que as instalações sejam projetadas e adequadas para os procedimentos sanitários previstos. Planos e procedimentos de segurança e saúde animal devem ser elaborados conforme particularidades regionais. A implantação e manutenção desses planos requer organização e disciplina administrativa, pois existe sempre uma tendência de se afrouxar a aplicação de protocolos.

¹ Médico Veterinário, MSc, Membro da Academia Paranaense de Medicina Veterinária, Itaipu Binacional

SILVA e CORREA (2007) estabeleceram, de forma ilustrativa, a figura de uma corrente com sete elos que compõem um programa de biossegurança. Estes elos ou ações são: 1) Higiene e desinfecção; 2) Armazenamento e qualidade dos alimentos; 3) Controle de animais sinantrópicos; 4) Controle parasitário; 5) Destino de lixo, excretas e carcaças; 6) Qualidade ambiental e vazios sanitários; 7) Erradicação de doenças. Ressalta-se a necessidade de permanente manutenção, monitoramento e revisão do programa para evitar falhas e a desconfiança dos profissionais envolvidos quanto à sua eficácia.

Em termos práticos, a limpeza de instalações é normalmente realizada em uma frequência adequada nos zoológicos. O que não pode ser entendido como boa qualidade de serviço. Para que ocorra a correta higiene de recintos de animais, os tratadores devem estar sob permanente supervisão e orientação. A desinfecção de instalações e utensílios é realizada conforme a condição de conservação da edificação e levando-se em conta o risco de doenças naquele ambiente. Um recinto de animais planejado com critérios sanitários reduz muito o risco de concentração de patógenos e favorece o manejo dos animais. Um setor considerado de segurança máxima num zoológico é o de preparo de alimentos (ou cozinha dos animais), pois é onde pode surgir e ocorrer a disseminação rápida de patógenos. São muitos os casos comentados (mas nem sempre publicados) de surtos de doenças que foram veiculadas por alimentos incorretamente conservados e preparados. Devem ser respeitadas medidas rígidas de higiene, incluindo a

desinfecção diária da cozinha e instrumentos de preparo de alimentos. O acesso a esse setor deve ser restringido a funcionários que ali trabalham, e a higiene pessoal deve ser rigorosa. Outra medida de segurança na cozinha é o uso de utensílios próprios para cada setor ou grupo de animais. A lavagem e desinfecção diária de comedouros e bebedouros em solução de hipoclorito de sódio é outra medida de grande eficácia na minimização dos riscos de disseminação de doenças. O controle de endoparasitas nas populações cativas pode exigir desinfecções mais vigorosas de recintos com vassoura-de-fogo, principalmente quando esses espaços foram utilizados por animais suspeitos de ter doenças infecto-parasitárias. A esterilização de materiais cirúrgicos e instrumentos utilizados na criação de filhotes, como sondas rígidas, são procedimentos médicos básicos. A qualidade e higiene dos alimentos é fundamental para a saúde dos animais de zoológicos. A prática de se aproveitar restos de alimentos e carcaças de animais atropelados ou descartados para uso na alimentação dos animais de zoológico provou ser uma prática inadequada, pois aumenta grandemente a chance de introdução de doenças como toxoplasmose, salmonelose e outras. O controle de animais sinantrópicos e vetores é uma ação quase sempre difícil de ser implantada, pois as instituições raramente dispõem de profissionais treinados e experientes no uso de raticidas e inseticidas. A contratação de empresas de controle de pragas nem sempre resolve o problema da superpopulação de roedores e insetos, pois o uso de iscas em zoológicos deve ser restrito e representa um desafio para profis-

sionais das empresas habituadas a trabalhar em edificações urbanas. Medidas de anti-ratização são mais eficientes e oferecem menos risco que os raticidas. Animais domésticos em estado selvagem, como cães e gatos que entram sorrateiramente nos zoológicos, representam risco à saúde dos canídeos e felídeos selvagens cativos, muitas vezes mais suscetíveis a viroses como cinomose, parvovirose, rinotraqueíte, panleucopenia, FIV (imunodeficiência felina), e FeLV (leucemia felina). O controle populacional de pombos é também necessário, pois estas aves podem transmitir doenças como clamidiose, salmonelose, criptosporidiose, criptococose e histoplasmose. O uso indiscriminado de vermífugos no controle de helmintos, sem que haja suporte laboratorial para o diagnóstico, não é uma boa prática. Mííases podem causar a morte de animais de qualquer tamanho, principalmente nas épocas do ano de maior infestação de moscas. Uma medida de controle desses insetos no ambiente é o uso de armadilhas para moscas. Fipronil, piretróides, carbamatos, e avermectinas são princípios ativos bastante usados no tratamento de animais parasitados. Uma medida normalmente negligenciada nos zoológicos é o destino dos resíduos orgânicos. Com o aperfeiçoamento da legislação ambiental no país, o descuido com o meio ambiente vem sendo substituído por uma mentalidade mais consciente, e bons projetos têm sido executados em vários zoológicos brasileiros. Unidades de compostagem, estações de tratamento de água e de esgoto, rede de esgoto em recintos, sistema de drenagem de águas pluviais e aproveitamento de águas da chuva são alguns exemplos. Em

recintos com tanques d'água, podem ser instalados filtros biológicos de custo relativamente baixo, que garantem a qualidade da água de acesso aos animais e também melhoram o aspecto geral do ambiente para o público visitante. A introdução de doenças na criação deve ser uma preocupação constante do médico veterinário que trabalha em zoológico, principalmente em uma época em que as doenças emergentes e enfermidades infecciosas de elevado risco para o agronegócio nacional, como a Doença de Newcastle, Influenza aviária e Febre aftosa estão na agenda de governo. Não se justifica, portando, o recebimento de animais selvagens sem que estes passem por um período de quarentena e exames laboratoriais de admissão, devidamente realizados em instalações próprias para este fim, ou seja, em um quarentenário. É dever do médico veterinário que trabalha em zoológico, consciente das suas funções, cobrar instalações e condições para realizar corretamente a quarentena de animais e realizar satisfatoriamente a clínica médico-cirúrgica. O vazio sanitário é uma prática recomendada quando animais doentes ou suspeitos de doenças infecciosas utilizaram um determinado espaço físico. A vacinação de animais selvagens é um tema ainda pouco esclarecido, mas que não pode ser considerado com a justificativa de que não existem vacinas próprias para animais selvagens. É essencial que pesquisas sejam realizadas para determinar a real capacidade de imunização das vacinas disponíveis no mercado. Finalmente, a saúde e segurança das pessoas que estão próximas aos animais é também uma responsabilidade do médico veterinário. E para isso, deve

consultar especialistas em segurança do trabalho e encaminhar ao serviço médico local funcionários expostos a animais selvagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, J.C.R.; CORRÊA, S.H.R. Manejo Sanitário e Biossegurança. In: CUBAS, Z.S.; SILVA, J.C.R.; CATÃO-DIAS, J.L. **Tratado de Animais Selvagens – Medicina Veterinária**. São Paulo: Roca, 2007, p.1226-1244.